



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA



FACULDADE DE DIREITO “PROF. JACY DE ASSIS”

PLANO DE AARE (Atividades Acadêmicas Remotas Emergenciais)

1. IDENTIFICAÇÃO

COMPONENTE CURRICULAR: Direito Tributário Aplicado				
UNIDADE OFERTANTE: Faculdade de Direito “Prof. Jacy de Assis”				
CÓDIGO: GDR078		PERÍODO/SÉRIE: 10º Período		TURMA: A
CARGA HORÁRIA			QUANTIDADE DE DISCENTES: 20 vagas	
TEÓRICA: 30 horas	PRÁTICA: -	TOTAL: 30h/a	OBRIGATÓRIA: ()	OPTATIVA: (X)
PROFESSOR(A): Prof ^a . Dra ^o Marcela Cunha Guimarães				ANO/SEMESTRE: 2020-2 (Lecionado em 2021-2)

2. EMENTA

Princípios e Diretrizes das Relações Jurídicas Tributárias. Processo Administrativo Tributário. Processo Judicial Tributário. Planejamento Tributário.

3. JUSTIFICATIVA

Analisar e identificar as formas de instrumentalização do direito material tributário. As relações jurídicas tributárias no âmbito da esfera administrativa e judicial.



4. PROGRAMA

UNIDADE 1. Princípios e Diretrizes das relações jurídicas tributárias

UNIDADE 2. Procedimentos Administrativos

UNIDADE 3. Ações de iniciativa do fisco

UNIDADE 4. Ações de iniciativa do contribuinte

UNIDADE 5. Planejamento Tributário

5. METODOLOGIA

A metodologia de desenvolvimento das AARE abaixo exposta é um planejamento preliminar, uma vez que o uso das plataformas de tecnologia para o ensino remoto pode exigir ajustes no decorrer das aulas. Isso significa que podem ocorrer modificações para um melhor funcionamento das atividades, o que só será possível no decorrer do período letivo. Como estratégias e técnicas de ensino serão usados aulas expositivas online que também serão gravadas, discussão e solução de cases, revisão e discussão dos estudos dirigidos.

- As atividades remotas serão realizadas virtualmente, por meio do Moodle, Microsoft Teams ou Zoom tanto as atividades síncronas e assíncronas, quanto as atividades de fixação e avaliação.
- No ato da matrícula o discente deverá deixar cadastrado o email ou telefone whatsapp para o qual deverá ser encaminhado o link para os/as alunos(as) matriculados(as) na disciplina de Direito Tributário assistirem as aulas, bem como, para o envio dos estudos dirigidos, leitura complementar, cases e demais atividades.

5.1. Das atividades síncronas (10 horas)

- As atividades síncronas serão utilizadas tanto para o desenvolvimento do conteúdo da disciplina, como também para esclarecimento de dúvidas, em especial em razão das atividades assíncronas postadas, bem como para a discussão e apresentação dos cases, fixação de conteúdo, conforme cronograma prévio. Será destacado ainda horários virtuais para esclarecimentos de dúvidas.

As aulas ao vivo ocorrerão nos seguintes dias da semana e horários:

- **Segunda-Feira – 08:00 às 09:40 – Atividade sincrônica - Aula expositiva (ao vivo)**



5.2. Das atividades Assíncronas (20 horas)

• Essas atividades que não são ao vivo, ou seja, os/as discentes não terão interação simultânea com a professora e podem consistir em vídeo de aulas, seminários gravados e postados, leitura de textos e acórdãos, atividades de fixação e atividades avaliativas, conforme o cronograma abaixo.

CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES

SEMANA	DATA	ATIVIDADES SINCRÔNICAS E ASSINCRÔNICAS		ATIVIDADE DE FIXAÇÃO/AVALIAÇÃO
		Conteúdo	metodologia	Conteúdo
1 ^a	12/07/2021	Explicação do plano de ensino e início da Unidade 1 - Princípios e Diretrizes das relações jurídicas tributárias	Aula Expositiva ao vivo	1. ESTUDOS DIRIGIDOS: disponibilização pelo <i>TEAMS</i> dos Estudos Dirigidos, que deverão ser respondidos pelos alunos e devolvidos pela mesma plataforma. 2. ESTUDOS DE CASO (CASES): disponibilização pelo <i>TEAMS</i> dos Estudos de Casos (<i>cases</i>), que deverão ser respondidos pelos alunos e devolvidos pela mesma plataforma. Também serão realizados seminários para apresentação das soluções/conclusões obtidas. *Os prazos para entrega das atividades e realização de seminários estão no tópico AVALIAÇÃO.
2 ^a	19/07/2021	Unidade 1 - Princípios e Diretrizes das relações jurídicas tributárias	Aula Expositiva ao vivo	
3 ^a	26/07/2021	Unidade 2 – Procedimentos Administrativos	Aula Expositiva ao vivo	
4 ^a	02/08/2021	Unidade 2 - Procedimentos Administrativos	Aula Expositiva ao vivo	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA



5ª	09/08/2021	Unidade 3 – Ações de iniciativa do Fisco	Aula Expositiva ao vivo	
6ª	16/08/2021	Unidade 3 – Ações de iniciativa do Fisco	Aula Expositiva ao vivo	
7ª	23/08/2021	Seminário Case I	Apresentação e discussão do Case I (ao vivo)	Participação dos alunos no Seminário para discussão e apresentação do Case I.
8ª	30/08/2021	Unidade 4 - Ações de iniciativa do Contribuinte	Aula Expositiva ao vivo	
8ª	06/09/2021	Unidade 4 - Ações de iniciativa do Contribuinte	Aula Expositiva ao vivo	
9ª	13/09/2021	Unidade 4 – Ações de iniciativa do Contribuinte	Aula Expositiva ao vivo	
11ª	20/09/2021	Unidade 5 – Planejamento Tributário	Aula Expositiva ao vivo	
12ª	27/09/2021	Unidade 5 – Planejamento Tributário	Aula Expositiva ao vivo	
13ª	04/10/2021	Unidade 5 – Planejamento Tributário	Apresentação ao vivo	
14ª	11/10/2021	Seminário Case II	Apresentação e discussão do Case II (ao vivo)	Participação dos alunos no Seminário para discussão e apresentação do Case II.
15ª	18/10/2021	Revisão da Matéria	Aula Expositiva ao vivo	
16ª	25/10/2021	AVALIAÇÃO	Envio de Avaliação através da plataforma TEAMS	Os alunos terão o prazo do dia 18/10/2021 até o dia 25/10/2021 às 09:40h para enviar a resolução da estratégia e peça processual.
17ª	01/11/2021	Vista de provas	Atividade ao vivo	



6. AVALIAÇÃO

- **20 pontos** referentes aos **Estudos Dirigidos unidades 1, 2, 3, 4 e 5** que deverão ser **entregues dia 10/10/2021.**
- **30 pontos** referentes às **Resoluções escritas dos Casos Práticos I e II.**
Case I (15 pontos) – deverá ser **entregue parte escrita dia 22/08/2021.**
Case II (15 pontos) – deverá ser **entregue parte escrita dia 10/10/2021.**
- **20 pontos** referentes à **participação** na aula de **Seminários dos Cases.**
Case I (10 pontos) - **seminário será apresentado dia 23/08/2021.**
Case II (10 pontos) - **seminário será apresentado dia 11/10/2021.**
- **30 pontos** relativos à **Avaliação** na qual será avaliada a definição de estratégia e elaboração de uma peça processual que deverá ser **entregue dia 25/10/2021.**



7. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

- CAIS, Cleide Previtalli. O processo tributário. 8. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 2013.
- CONRADO, Paulo Cesar. Processo Tributário. 3ª ed. São Paulo: Quartier Latin, 2012.
- MARINS, James. Direito Processual Tributário Brasileiro (administrativo e judicial) 9ª. ed. São Paulo: Dialética, 2016.
- Nunes, Cleucio Santos. Curso de Direito Processual Tributário. São Paulo: Dialética, 2010.
- Pria, Rodrigo Dalla. Direito Processual Tributário. São Paulo: Noeses, 2020.

COMPLEMENTAR

- AMARAL, Paulo Adyr Dias do. Processo Administrativo Tributário – e o problema da supressão do contraditório. Belo Horizonte: Del Rey, 2011.
- ÁVILA, Humberto. Segurança jurídica: entre permanência, mudança e realização no direito tributário. 2.ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2012.
- CONRADO, Paulo Cesar. Compensação tributária e processo (nos termos da Lei Complementar n. 104, de 10 de janeiro de 2001). São Paulo: Max Limonad, 2003.
- CONRADO, Paulo Cesar (coord.) Processo tributário analítico Volume II. São Paulo: Noeses, 2013.
- CONRADO, Paulo Cesar (coord.) Processo tributário analítico Volume I. São Paulo: Noeses, 3 ed., 2015.
- CONRADO, Paulo Cesar. Execução Fiscal. São Paulo: Noeses, 2015.
- DERZI, Mizabel Abreu Machado. Modificações na jurisprudência do direito tributário: proteção da confiança, boa-fé objetiva e irretroatividade como limitações constitucionais ao poder judicial de tributar. São Paulo: Noeses, 2009.
- EMERENCIANO, Adelmo da Silva. Procedimentos fiscalizatórios e a defesa do contribuinte. 2ª ed. Campinas, Copola, 2000.
- FALEIRO, Kelly Magalhães. Procedimento de consulta fiscal. São Paulo, 2009.
- FERRAZ, Sérgio; DALLARI, Adilson Abreu. Processo Administrativo. 3ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Malheiros, Editores, 2012.
- FIGUEIREDO, Lúcia Valle (coord.). Comentários a Lei Federal de Processo Administrativo (Lei nº 9.784/99). 2. ed. 1. Reimpressão. Belo Horizonte: Fórum, 2009.
- FREITAS, Juarez. O controle dos atos administrativos e os princípios fundamentais. 5ª ed. rev. e ampl. São Paulo, Malheiros Editores, 2013.
- HORBACH, Carlos Bastide. Teoria das Nulidades do ato administrativo. São Paulo: Editora dos Tribunais, 2007.
- JANCZESKI, Célio Armando. Direito tributário e processo tributário: abordagem conceitual. Curitiba: Juruá, 2014.
- LIMA, Ruy Cirne. Princípios de direito administrativo. 7ª ed. revista e reelaborada por Paulo Alberto PASQUALINI. São Paulo: Malheiros Editores, 2007.



- MACHADO, Hugo de Brito. Estudos de processo tributário. N.19. São Paulo:Resenha Tributária, 1991.
- MACHADO, Hugo de Brito. A prova em questões tributárias. Hugo de Brito Machado (coordenador). São Paulo, Malheiro Editores, 2014.
- MARTINS, Ricardo Marcondes. Efeitos dos vícios do ato administrativo. São Paulo: Malheiros Editores, 2008.
- MELLO, Celso Antonio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 12ª ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Malheiros Editores: São Paulo, 2000.
- NEDER, Marcos Vinícius. Processo administrativo fiscal federal comentado: decreto nº 70.235/72 e 9.784/99. São Paulo: Dialética, 2002.
- NUNES, Cleucio Santos. Curso de direito processual tributário. São Paulo: Dialética, 2010.
- PEIXOTO, Daniel Monteiro. Competência Administrativa na Aplicação do Direito Tributário. São Paulo: Quartier Latin, 2006.
- PEREIRA, André Gonçalves. Erro e ilegalidade no acto administrativo. Lisboa, Ática, 1962
- QUEIRO, Afonso Rodrigues. Reflexões sobre a teoria do desvio de poder em direito administrativo. Coimbra: Coimbra Editora,1940.
- REGO, Fabrício Sousa. Lei do processo administrativo federal esquematizada: comentários a lei 9.784/1999 /Fabrício Sousa Rego, Janaina Carvalho; coordenação Vicente Paulo, Marcelo Alexandrino. Rio de Janeiro: Forense: São Paulo: Método, 2014.
- ROCHA, Sergio André (coord.). Processo administrativo tributário – Estudo em homenagem ao Professor Aurélio Pitanga Seixas Filho. São Paulo: Quartier Latin, 2007.
- ROCHA, Valdir de Oliveira (coord.). Processo administrativo – 5º Volume. São Paulo: Dialética, 2000.
- ROCHA, Valdir de Oliveira (coord.). Processo administrativo – 6º Volume. São Paulo: Dialética, 2002.
- ROCHA, Valdir de Oliveira (coord.). Problemas de processo judicial tributário – 5º Volume. São Paulo: Dialética, 2002.
- ROCHA, Valdir de Oliveira (coord.). Problemas de processo judicial tributário – 3º Volume. São Paulo: Dialética, 1999.
- ROCHA, Sergio André. Processo administrativo fiscal: controle administrativo do lançamento tributário. 4 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.
- SABBAG, Eduardo (org.).Código Tributário Nacional com Interpretação Jurisprudencial. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.
- SANTI, Eurico Marcos Diniz de. Decadência e Prescrição no Direito Tributário. São Paulo: Max Limonad, 2000.
- SILVA, Renata Elaine. Curso de decadência e de prescrição no direito tributário: regras do direito e segurança jurídica. São Paulo: Noeses, 2013.
- SILVA, Clarissa Sampaio. Limites a invalidação dos atos administrativos. São Paulo: Max Limonad, 2001.
- SIMÕES, Monica Martins Toscano. O processo administrativo e a invalidação de atos viciados. São Paulo:Malheiros Editores, 2004.
- XAVIER, Alberto. Do lançamento: teoria geral do ato, do procedimento e do processo tributário. 2ª ed, totalmente reformulada e atualizada. Rio de Janeiro: Forense, 2002.
- ZANCANER, Weida. Da convalidação e da invalidação dos atos administrativos. São Paulo: Ed. Revista dosTribunais, 1990.

8. APROVAÇÃO



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**



Aprovado em reunião do Colegiado realizada em: ____/____/____

Coordenação do Curso de Graduaçãoem: _____